

# LUGARES DE MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: OS CONCEITOS *DARK* COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DA FASCINAÇÃO PELO MÓRBIDO

por

**Karen Cristina Galletto<sup>1</sup>**

**Resumo:** O artigo analisa a relevância da história oral como parte do patrimônio imaterial e propõe uma reflexão sobre o racismo no Brasil através dos conceitos teóricos *dark heritage* e *dark tourism* destacando a importância das memórias para a construção da história e da identidade cultural. O período estudado situa-se entre o século dezanove e o século vinte, na cidade de Campinas, e a abordagem da história oral aspira complementar as informações existentes nas fontes oficiais, trazendo novas perspectivas sobre o passado. Este trabalho se concentra em dar voz às experiências e memórias de pessoas comuns, que geralmente não são consideradas relevantes na história oficial, assim como promover uma ponderação sobre a importância de preservar lugares e memórias, marcados pela dor e pelo desconforto, a fim de resgatar a história e construir uma identidade cultural mais completa e diversificada.

**Palavras-chave:** História oral; Racismo; *Dark heritage*; *Dark tourism*.

**Abstract:** The article analyses the relevance of oral history as part of intangible heritage and proposes a reflection on racism in Brazil through the theoretical concepts' dark heritage and dark tourism, highlighting the importance of these memories to the construction of history and cultural identity. The study focuses on the period between the 19th and 20th centuries in the city of Campinas, and the approach of oral history aims to complement the existing information found in official sources, bringing new perspectives on the past. This work focuses on the need to give voice to the experiences and memories of ordinary people, who are often overlooked in official historical accounts, and also prompts a reflection on the significance of preserving places and memories, that bear the marks of pain and discomfort, to recover lost history and foster a more comprehensive and diverse cultural identity.

**Keywords:** Oral history; Racism; Dark heritage; Dark tourism.

---

<sup>1</sup> Mestra em Patrimônio Cultural pela Universidade do Minho (UMINHO) e Licenciada em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA). ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5319-3553>>. E-mail: [karengalletto@hotmail.com](mailto:karengalletto@hotmail.com).

## INTRODUÇÃO

O advento do capitalismo e as suas inovações tecnológicas impactam e modificam o cotidiano dos indivíduos em diversas esferas (tangíveis e intangíveis). Ressignificando toda uma nova era de memórias, assume formas diversas de seleção daquilo que possa ser considerado histórico e, também, o que deva ser fadado ao esquecimento. É essa a conjuntura que percorre a memória histórica e a história oral. Não é somente o esforço da memória e da história, mas, principalmente, os temores dos seus esquecimentos (Ricoeur, 2007).

A história oral é um precioso bem do patrimônio cultural imaterial, que ao longo dos anos vem perdendo o seu valor. Quando se estuda a relação entre a recordação e o esquecimento, buscam-se as finalidades principais da memória e a luta para que esta se mantenha viva. Portanto, contar histórias não é tarefa fácil; é um ofício para vozes que transformam o tempo vivido em tempo pensado e narrado, através das linhas da memória sensível (Galletto, 2022).

De fato, a habilidade de compor histórias e narrativas é fundamental para a conservação dos grupos sociais e para a transmissão de conhecimentos e valores entre as gerações. Desde tempos remotos, os seres humanos têm utilizado a narrativa como forma de transmitir informações e experiências, de uma geração para outra, e de consolidar os laços sociais dentro de um grupo.

Ao contar histórias, os seres humanos criam tramas simbólicas que servem como orientadoras da vida em coletividade. Essas histórias podem ser mitos, lendas, contos populares, fábulas, entre outras formas de narrativa. Elas ajudam a estabelecer valores morais, crenças e ideologias importantes para a coesão e o funcionamento do grupo.

Além disso, a habilidade de compor histórias é essencial para a construção da identidade individual e coletiva. As histórias que contamos sobre nós mesmos, nossa família, nossa comunidade e a nossa cultura nos ajudam a entender quem somos e de onde viemos. Elas fornecem-nos um senso de pertencimento e nos ajudam a criar um senso de continuidade histórica.

Assim, é através do exercício da capacidade de elaborar histórias que os seres humanos deixam as suas trilhas para as gerações futuras. As histórias que contamos hoje podem influenciar as histórias que serão contadas no futuro, moldando a visão de mundo e a identidade das próximas gerações.

Diante disso, acreditamos na prerrogativa de que deve haver um comprometimento para com estudos que pretendam compreender as diversas formas de preconceitos, como, por exemplo, os de cunho racial, como instrumentalização capaz de interromper o(s) silêncio(s) e invisibilidade(s), tornando conhecidas as facetas dos factos muitas vezes obscurecidos pelas memórias oficiais.

Consideramos que o preenchimento das lacunas históricas sobre a intolerância possa ocorrer por meio do resgate da memória histórica e da história oral. Para Thompson, a história é um processo de construção de narrativas que dão sentido ao passado. O autor argumenta que essas narrativas são influenciadas por fatores sociais, políticos e culturais e que diferentes grupos podem ter perspectivas distintas sobre o mesmo evento histórico. Assim, a história não é vista como uma verdade objetiva e universal, mas como uma construção social e cultural (Thompson, 2017).

Experiências precipitadas pela dor e pelo sofrimento ganham a cada dia mais visibilidade por meio de experiências oriundas do turismo, envolvendo lugares de incômodo que, se bem atribuídas e compreendidas, podem se tornar verdadeiras práticas educacionais extraordinárias, preservando e recuperando memórias livres do esquecimento. Afinal, conservar em trechos diversos as narrativas, estruturadas pelas memórias tecidas diariamente, é um grande contributo para refletirmos sobre a representação do que é doloroso e que não deve ser esquecido.

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte, são resgatadas as memórias e a história oral, com base nos conceitos referentes ao patrimônio; na segunda, são apresentados alguns fatos sobre a violência racial no Brasil, especialmente na cidade de Campinas, no estado de São Paulo; e, na terceira parte, é demonstrado um exemplo empírico que permite evidenciar os conceitos de *dark heritage* e de *dark tourism*, a partir da história do escravo Elesbão.

## **1. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL**

Podemos pensar o patrimônio como a agregação de condutas, de bens, de objetos e de valores, que possibilita a criação de uma identidade que une e consolida culturalmente o grupo social (Corá, 2014). Sendo assim, as memórias coletivas efetivam-se através das respostas de socialização nas atividades compartilhadas (Ikeda e Pellegrini, 2008).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece que alguns lugares na Terra são de “valor universal excepcional” e devem fazer parte do patrimônio comum da humanidade. Os bens patrimoniais integram-se nas seguintes categorias: i) patrimônio cultural e patrimônio natural; ii) patrimônio móvel e imóvel; iii) patrimônio tangível e intangível (Benhamou, 2017).

Os sítios arqueológicos, as cidades históricas, os locais sagrados (igrejas ou mosteiros), os monumentos e os castelos pertencem ao patrimônio cultural. As paisagens naturais (florestas, rios, montanhas, costas marítimas) pertencem ao patrimônio natural. Ao patrimônio cultural móvel correspondem todos os bens que podem ser transportados,

tais como os objetos, as obras de arte e o artesanato. Todos esses exemplos correspondem ao patrimônio tangível, ou seja, são bens que podem ser tocados. Os bens classificados como patrimônio intangível não são palpáveis, como, por exemplo, as canções, as lendas, as rimas, o folclore e os provérbios.

A UNESCO evidenciou, no ano de 2003, a necessidade de salvaguardar a cultura imaterial, incluindo as expressões vivas e as tradições que várias comunidades mundiais têm a necessidade de transmitir oralmente aos seus descendentes. Isso evidencia a emergência da noção de patrimônio sob os pressupostos conservacionistas da modernidade, considerando os seus dois mais importantes pilares: o culto da preservação e o da nostalgia (Lowenthal e Kenneth, 1985).

A preocupação com o patrimônio pode ter, entre as suas principais motivações, a aceleração do ritmo de mudanças impostas pelo mundo moderno, impactando diretamente na questão da identidade. Portanto, investigações de caráter antropológico podem ser uma das possibilidades metodológicas para uma melhor compreensão dos processos de construção, representação e consumo de significados culturais em museus de patrimônio cultural (Anico, 2008). Essas pesquisas podem abordar questões como, por exemplo: quais os métodos e abordagens utilizados pelos antropólogos na investigação desses processos; como a preservação dos aspectos simbólicos dos objetos etnográficos em museus pode influenciar a compreensão dos significados culturais pelos visitantes; e como os museus e exposições podem ser usados como locais de contacto entre diferentes grupos e culturas (Clifford, 1997).

A preservação de objetos etnográficos em museus é crucial para compreender e valorizar as culturas de diferentes povos, uma vez que revela a possibilidade de analisarmos a importância da sua preservação e exposição e, também, a construção de identidades culturais. Desta maneira, os resultados obtidos poderão contribuir para aprimorar as práticas de conservação e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, num sentido abrangente, poderá levar-nos a entender a realidade humana como encruzilhada de vontades e de dúvidas, contra o fatalismo, o determinismo, a ignorância e o esquecimento. A educação, como aprendizagem permanente a partir da transmissão dos saberes, do exemplo e da experiência, tem, por isso, um papel crescente e fundamental no combate em prol da “sociedade de cultura”, da “cultura da paz” e da defesa e salvaguarda de um patrimônio comum, da humanidade, dos povos e das pessoas, independentemente da sua natureza material ou imaterial (Galletto, 2022).

A história oral nos traz vivências, emoções e sentimentos, ao contrário, por exemplo, da fotografia, que enquadra um foco e transmite um momento exato, assim como refere-se a uma aprendizagem, envolvendo emoções e sentimentos. Mas para utilizá-la como

técnica de pesquisa, deve-se ter em mente certas particularidades da lembrança pessoal e a sua relação com a anamnese coletiva.

Para que isso ocorra é de extrema importância o domínio de um método de pesquisa que, para além de quantificar e qualificar as fontes utilizadas (primárias e secundárias) possibilite uma análise detalhada das recolhas dos dados obtidos com objetivos e critérios de codificação pré-definidos e, a partir deles, a realização metódica da transcrição e interpretação das informações fornecidas, reproduzindo um texto analítico (Bardin, 1977).

Partindo da premissa da sua importância histórica e da oralidade, propomos refletir sobre o racismo no Brasil a partir de um caso específico ocorrido no século XIX, na cidade de Campinas, localizada no estado de São Paulo, região sudeste do país, que remonta à temática do *dark heritage* e do *dark tourism*, tendo em vista a importância dos lugares de dor e de incômodo e de como devem ser preservados (Foley e Lennon, 2000).

Ao interagirmos com a história cultural do município de Campinas, que é o foco deste artigo, fica claro o potencial das narrativas orais, que manifestam toda a complexidade de rituais e outras práticas simbólicas que expressam hábitos, costumes, celebrações, saberes, fazeres e tradições regionais. Tal constatação nos leva a ousar afirmar que para serem efetivamente preservadas e mantidas no tempo e no espaço social, as memórias deveriam ser mobilizadas por políticas culturais. A gestão da cultura como recurso assume, neste caso, o patrimônio cultural como um campo de possibilidades de desenvolvimento.

A história oral, geralmente, espreita cada vez mais a indiferença, ocasionando maior abertura para espaços consumidos pela tecnologia que, não podemos negar, possuem diversos aspetos importantes; porém, devemos saber tirar partido dela. Ao mesmo tempo, em contrapartida, observa-se um processo de perda do contacto com as histórias contadas pelos avós, com as famosas lendas sobre diferentes localidades, que na sua maioria preservam a história e a memória de um tempo e de um espaço.

Este processo de perda pode estar relacionado com a aceleração do ritmo de vida moderno, que muitas vezes deixa pouco tempo para a transmissão oral de histórias e tradições. Além disso, a valorização crescente da cultura de massas pode contribuir para o enfraquecimento da preservação das narrativas e das lendas regionais. No entanto, é importante destacar que essas histórias possuem um valor único e insubstituível na preservação da identidade cultural de uma comunidade, na transmissão de valores e no estímulo à imaginação e à criatividade. Por isso, é fundamental valorizá-las e incentivá-las como parte do patrimônio cultural imaterial de uma região ou país.

Ademais, não podemos esquecer as relações que movem a vida do ser humano em sociedade. Todos os seres humanos necessitam suprir as suas inúmeras necessidades de sobrevivência, além das infinitas outras necessidades criadas pela sociedade de consumo.

Neste contexto, a perda do contato com tradições, e especialmente com a história oral, nos leva a refletir sobre as reais necessidades humanas no contexto do cotidiano e dos valores transmitidos pela comunicação. Parece que certos tipos de socialização estão cada vez mais em desuso, apesar de as tecnologias nos fazerem sentir mais conectados reciprocamente.

## 2. VIOLÊNCIA RACIAL NO BRASIL E NA CIDADE DE CAMPINAS

Temas como a escravidão africana e o tráfico negreiro continuam a ser, presentemente, de suma importância. A violência e a ampla duração destes fenômenos evidenciam a crueldade dos seres humanos. Tais fenômenos também foram capazes de causar alterações nos espaços em que decorreram, dando assim origem a elementos que se constituíram como memórias (monumentos, etnônimos, lendas, mitos, entre outros), ou seja, a partir dessas memórias é possível recuperar tramas fundadoras (Henriques, 2013).

O escravismo foi instituído por um sistema de classes, baseado em dinamismo econômico de exportação de mercadorias e importação de mão de obra, mantido pela violenta dominação instituída normativamente pelos governantes (Moura, 1994). O regime escravista provocou uma fratura estrutural na sociedade brasileira: a divisão entre “brancos” e “não brancos”, indivíduos “livres” e “escravizados”, fundamentando, assim, um estatuto de classe polarizado entre “senhores” e “escravos”. Estaria aí o *ethos* para tentarmos compreender os significados do racismo no Brasil.

O racismo pode ser explicado de duas maneiras: devido a uma dominação étnica e devido a uma classificação discriminatória do grupo subordinado, ao se promoverem designações com base em distinções corporais e de aparência, como a depreciação relacionada com a questão da cor da pele. Assim, a definição racial de um grupo de pessoas em resultado de determinadas semelhanças, sejam físicas, históricas e/ou sociais, que desenha o processo de racialização, seria “consequência da dominação étnica” (Goodman, 2016: 43).

A cidade de Campinas tem em torno de duzentos e sessenta anos de história e milhares de anos de história indígena. A sua formação colonial deriva da primeira metade do século XVIII, ainda como um bairro rural da então antiga Vila de Jundiá (Teixeira, 2002). Localizado nas margens de um trilho aberto por paulistas do Planalto de Piratininga, entre 1721 e 1730, que seguia em direção às recém-descobertas minas dos Goias, o povoamento do “Bairro Rural do Mato Grosso” iniciou-se com a instalação de um pouso de tropeiros nas proximidades da “Estrada dos Goias” (Sousa Coelho, 2014).

Os cafezais nasceram no interior das fazendas de cana, impulsionando em pouco tempo um novo ciclo de desenvolvimento da cidade. A partir da economia cafeeira, Campinas passou a concentrar um grande contingente de trabalhadores escravos e livres, de diferentes procedências, empregados em plantações e em atividades produtivas rurais e urbanas. Neste período, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá tornou-se, em 1797, a Vila de São Carlos e, em 1842, o nome de origem da região foi resgatado da vila à Cidade de Campinas (Sousa Coelho, 2013).

A escravidão na cidade de Campinas iniciou-se em meados de 1779. Com a transição da cultura canavieira para a cafeeira, o número de escravos, entre os anos de 1779 e 1829, aumentou consideravelmente, até a proibição, em 1850, do tráfico negreiro. Nessa época, a cidade já possuía a maior captação de escravos do Oeste Paulista, chegando ao total de aproximadamente 14 mil escravos (Eisenberg, 1987).

Os escravos que não cumprissem ordens ou tentassem a fuga eram, na sua maioria, punidos e castigados, o que, inclusive, era permitido por lei. O castigo imputado ao escravo infrator apresentava-se como parte do “governo econômico dos senhores”, aliado ao trabalho excessivo e à alimentação insuficiente.

O poder do senhor exercido sobre o escravo não objetivava exterminá-lo, mas sim otimizar a sua produção econômica e diminuir a sua força de reação contra o sistema dominante. É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse um agente político, manifestando-se e reativando-se na punição do cativo faltoso (Lara, 1988: 116).

O castigo exemplar praticado contra os escravos consistia numa espécie de “teatro do medo”, derivado das experiências inquisitoriais, que incluía açoitamento, picadas com navalhas ou facas, aplicação de sal, limão e urina, além da imposição de correntes. Esse tipo de punição era bastante comum na transição do tempo medieval para a época moderna e tinha como objetivo aterrorizar e controlar os escravos (Lara, 1988: 74-75).

A violência exagerada dos senhores contra os escravos se dava, na maioria das vezes, por necessidade de exemplificação aos outros escravos, como função pedagógica e, geralmente, recaía sobre os cativos mais velhos e sem expressivo valor econômico, até porque os senhores julgavam necessária a aplicação da justiça particular nos limites da fazenda, como espetáculos exemplares, visíveis a toda comunidade para prevenir eventuais crimes e contravenções que poderiam ocorrer nas suas propriedades (Machado, 1987: 77).

Os escravos já eram familiarizados com os instrumentos de tortura desde muito jovens, pois sabiam que cada falta cometida resultaria num castigo específico, consoante a gravidade do ocorrido e as normas de conduta estabelecidas (Neves, 1996). Embora a pena capital fosse evitada, ela poderia ser aplicada em caso de crimes graves, sendo o enforcamento a forma mais comum, seguida pelo desmembramento e exposição pública

dos retalhos corporais. Foi essa a punição aplicada ao personagem escolhido para análise neste texto — o escravo Elesbão.

### 3. O CASO ELESBÃO: *DARK HERITAGE* E *DARK TOURISM*

O Largo da Forca, atualmente Largo Santa Cruz, recebeu esse nome porque foi enforcado neste local, em meados do século XIX, o escravo Elesbão, fugitivo de uma fazenda escravagista por ser acusado de ter assassinado o seu proprietário. Elesbão ter-se-ia abrigado num *quilombo*<sup>2</sup>, mas teria sido delatado. Convicto da sua inocência, retornou para Campinas, mas foi capturado e condenado a passar por um calvário — saiu da Igreja do Carmo e foi arrastado até ao Largo da Forca, sendo ali executado.

Segundo estudos oriundos da história oral, a primeira corda que envolvia o pescoço de Elesbão arreventou-se no momento do acionamento do dispositivo no cada-falso e muitas pessoas pediram clemência às autoridades. A segunda corda também teria arreventado e muitos dos que presenciavam o ocorrido passaram a acreditar na sua inocência e em um milagre. Mesmo assim, Elesbão acabou por ser enforcado. Os seus membros foram cortados e separados, sendo os seus restos mortais espalhados pela cidade com o intuito de deixar clara a mensagem aos outros escravos que pensassem em fugir (Mesquita, 2020).

A história de Elesbão permanece viva no imaginário local através da oralidade e das memórias que passaram por várias gerações de moradores. Segundo alguns relatos, o fantasma de Elesbão passou a assombrar o Largo da Forca e, nas suas aparições, continuaria, como no dia do seu enforcamento, a reafirmar a sua inocência. O facto que aqui nos chama a atenção é a sobrevida do conto, dada a parca existência de fontes documentais que atestem tal evento, sendo este perpassado através da oralidade.

Graças a história oral, também podemos averiguar as mudanças no espaço em que ocorreu o assassinato de Elesbão, ou seja, o Largo da Forca. Tal local acabou por ser descaracterizado a pedido de alguns moradores, como que provocando uma espécie de “esquecimento forçado” da degradante história perpassada naquele lugar. Mas é

---

<sup>2</sup> A palavra “quilombo” tem origem na língua quimbundo, um idioma falado por grupos étnicos bantos da região de Angola e do Congo, localizados na África. O termo original, “kilombo” ou “kilumbu”, denota o significado de “acampamento” ou “fortaleza”. Durante o período colonial no Brasil, o vocábulo “quilombo” começou a ser empregado para designar agrupamentos de indivíduos escravizados que escapavam das plantações e estabeleciam comunidades autônomas e resistentes. Essas comunidades geralmente se localizavam em regiões remotas, como matas densas, montanhas ou áreas pantanosas. Os quilombos representavam uma forma de resistência ao sistema escravista, uma vez que os fugitivos buscavam liberdade e autodeterminação. Eles estabeleciam estruturas sociais, econômicas e políticas próprias, muitas das quais se transformaram em comunidades autossustentáveis (Reis, 1996).



este o cenário que possibilita pensarmos este fenômeno a partir das perspectivas e dos conceitos *dark*.

Assim como tem acontecido com o *dark tourism*, o *dark heritage* parece alcançar uma maior visibilidade atualmente, mesmo que ainda seja pouco estudado pela academia. Este fenômeno, profundamente associado à expansão do turismo mundial e à procura por novas experiências turísticas, resulta da necessidade dos consumidores vivenciarem um “turismo diferenciado” e diferente dos usuais, como, por exemplo, a incorporação do “sombrio”. Em 1979, a UNESCO classificou o Campo de Concentração de Auschwitz como Patrimônio da Humanidade. A partir dessa altura, os lugares com uma história sombria começaram a despertar maior interesse, somando-se às percepções de que a memória, mesmo que dolorida, deveria ser preservada, visando evitar a repetição de trágicos eventos como o Holocausto.

Os professores britânicos John Lennon e Malcolm Foley foram os primeiros a investigar sociologicamente fenômenos relacionados com o turismo mórbido, contribuindo ainda nos anos de 1990 com artigos acerca do *dark heritage* e do *dark tourism*. Esta nomenclatura tem origem inglesa e foi usada pela primeira vez pelos autores citados, em 1996, no *International Journal of Science of Heritage Studies*. O *dark heritage* e o *dark tourism* se complementam a partir do momento em que um precisa do outro para existir, pois o primeiro é o lugar em que ocorre o facto doloroso e o segundo evoca a sua mercantilização e massificação, seja da morte real ou criada (Foley e Lennon, 2000).

Esses autores confirmaram que houve um crescimento significativo do turismo nesses locais (Foley e Lennon, 1997) e que a procura pelos mesmos aumentou desde meados do século XX. Outros estudiosos também atribuem esse crescimento ao que denominam por “surgimento do discurso da sociedade pós-moderna” e aos fenômenos de base intelectual e social que oferecem algum crédito aos argumentos de que o mundo de hoje e de amanhã estão em constante transformação, inclusive de caráter epistemológico (Sharpley e Stone, 2009).

Os locais aos quais é associada a denominação *dark* possuem uma simbologia cultural e histórica e os estudos a respeito desses lugares devem beneficiar-se de teorias estabelecidas sobre o turismo de herança. Por exemplo, as investigações relacionadas com o Holocausto ou, mais recentemente, com o memorial onde se localizavam as torres gêmeas, em Nova Iorque, mostraram que os espaços com características *dark* possuem uma enorme carga de lembranças, demonstrações de identidade nacional e possibilitam experiências educacionais (Seaton, 1996; Foley e Lennon, 1999).

No caso do *dark tourism* podem existir diversas formas de nomear tal fenômeno e a sua tradução não literal acaba por assumir múltiplas conotações, sendo as principais: turismo macabro; turismo negro; turismo sombrio; turismo mórbido; turismo sinistro;

e turismo das trevas. Os estudiosos deste segmento procuram compreender as motivações que levam esses turistas a destinos reais associados à morte (Farmaki, 2013).

O *dark tourism* é capaz de proporcionar efeitos terapêuticos, além da tradicional experiência educacional associada à emocional (Foley e Lennon, 2000; Henderson, 2000; Braithwaite e Lee, 2006). A mercantilização do *dark tourism* é parte de um processo bastante inerente, pois aqueles que procuram esta modalidade têm uma expectativa ligada ao consciente e ao inconsciente; e um desejo de experiências que os trazem para a vida e para a morte, lidando, portanto, com a morte transformada em representações culturais (Sharpley e Stone, 2008). Proporcionar aos turistas novas experiências é um fator definitivo para o êxito de um destino turístico e é isso que o torna mais competitivo e diferente em relação aos demais.

O *dark tourism* foi criado por conta da suposta necessidade do “turista” em obter novas experiências além do turismo convencional. Criados pelo *marketing*, alguns locais foram construídos somente para esta finalidade, como consta na análise de Stone (2006), que categoriza os “calabouços sombrios”, que existem em vários países. É o caso de *Dark Fun Factories* e de *Dark Exhibitions*. Como exemplo das *Dark Fun Factories* destaca-se o *London Dungeon*, um Teatro/Museu que oferece espetáculos com efeitos especiais e cenas de terror que procuram impactar os participantes. O calabouço representa anos de história interpretados em sustos, passeios, personagens e labirintos. Seu sucesso foi tão grande que hoje existem espaços similares em várias localidades, como Amsterdão, Nova Iorque, Berlim, Backpool, Hamburgo e Edimburgo (Prezzi, 2009). Como refere Ferreira (2016), na pós-modernidade, o espetáculo é o que dá sentido às massas, que se revelam cada vez mais fascinadas por ele.

A experiência nesses locais associados ao óbito faz com que o interlocutor passe por um processo reflexivo entre a questão da vida e da morte, fornecendo uma conexão entre ambas, pois estes sítios, associados a desastres e atrocidades naturais ou provocadas por seres humanos, tornaram-se ao longo do tempo, mais do que locais de memórias e histórias, também atrações de turismo (Stone, 2012). É de suma importância que os indivíduos possam conhecer e participar dessa modalidade de turismo diferenciado, pois tal vertente pode acabar por sensibilizar aspectos dissonantes, fazendo com que aquilo que ocorreu permaneça vivo nas suas memórias, possibilitando a sua transmissão ao longo do tempo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, pudemos destacar que a história oral desempenha um papel crucial no resguardo e compreensão da história e cultura de diferentes comunidades e grupos de pessoas. Ela é uma abordagem que envolve a coleta e preservação de relatos de testemunhas oculares e participantes diretos e/ou indiretos de eventos históricos, bem como as suas vivências, perspectivas e memórias. Em resumo, a história oral é uma ferramenta poderosa para ampliar e diversificar a nossa compreensão da história. Ela valoriza as vozes individuais e as experiências vividas, promove a inclusão e ajuda a construir narrativas mais abrangentes e precisas. Ao preservar as histórias das pessoas, a história oral contribui para a preservação do patrimônio cultural e fortalece a nossa conexão com o passado (Thompson, 2017).

Os locais sombrios possuem um significado cultural e histórico considerável e os estudos sobre esses lugares devem se beneficiar das teorias estabelecidas sobre o turismo de herança. Isso implica ter em consideração os espaços de lembrança e de luto, experiências espirituais, aspectos relativos à identidade nacional e a experiências educacionais (Seaton, 1996). Embora possa ser importante despertar o interesse das pessoas por esse tipo de turismo, é fundamental que elas não o vivenciem como uma mera experiência acabada, mas sim como uma oportunidade de aprofundamento sobre as temáticas retratadas. Tal postura poderá promover a atenção e a reflexão sobre os locais relacionados à dor e ao sofrimento. Não adianta apenas conhecer histórias, como as de Elesbão, sem reconhecer as estruturas que tornaram a escravidão possível no Brasil, assim como as suas consequências ainda sentidas atualmente.

Negligenciar a morte, independentemente da sua natureza degradante ou não, é ignorar um dos poucos padrões universais sobre os quais tanto o eu coletivo como o individual são edificados. Tudo o que evoca dor, comoção e/ou sofrimento deve ser tratado com extremo cuidado e respeito.

Os patrimônios de dor e sofrimento, também conhecidos como *dark heritage*, podem se tornar benéficos por diversas razões. Em primeiro lugar, a preservação desses patrimônios pode contribuir para a compreensão da história e do legado de grupos marginalizados ou oprimidos, permitindo que as suas vozes sejam ouvidas e as suas experiências sejam reconhecidas.

Além disso, a preservação desses patrimônios pode servir como um lembrete importante das consequências negativas da violência, da discriminação e do preconceito, incentivando a reflexão crítica e o compromisso com a justiça social e a igualdade.

Finalmente, a gestão e a preservação desses patrimônios podem gerar benefícios econômicos e turísticos para as comunidades locais, ajudando a impulsionar o desenvolvimento sustentável e a criação de empregos. Portanto, embora possam evocar dor e

sofrimento, os patrimônios de *dark heritage* podem desempenhar um papel importante e benéfico para a sociedade, ao permitir que a história seja compreendida, as injustiças sejam reconhecidas e o progresso seja impulsionado em direção a um mundo mais justo e igualitário.

## REFERÊNCIAS

- ANICO, Marta (2008), “Representing Identities at Local Municipal Museums: Cultural Forums or Identity Bunkers?”. In: ANICO, Marta; PERALTA, Elsa (orgs), *Heritage and Identity: Engagement and Demission in the Contemporary World*. Londres: Routledge.
- BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BENHAMOU, Françoise (2017), *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Edições Sesc.
- BRAITHWAITE, Dick; LEE, Yun Lok (2006), “Dark Tourism, Hate and Reconciliation: The Sandakan Experience”, *International Institute for Peace Through Tourism Occasional Paper* 8: 1-22.
- CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Massachusetts: Harvard University Press.
- CORÁ, Maria Amelia Jundurian (2014), “Políticas Públicas Culturais no Brasil: Dos Patrimônios Materiais aos Imateriais”, *Revista de Administração Pública* 48 (5): 1093-1112.
- EISENBERG, Peter (1987), “Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX”, *Estudos Econômicos* 17 (2): 175-216.
- FARMAKI, Anna (2013), “Dark Tourism Revisited: A Supply/Demand Conceptualisation”, *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research* 7 (3): 281-292.
- FERREIRA, Karolina Matias (2016), *Turismo Macabro: Uma Possibilidade na Fortaleza de Santa Cruz, Niterói-RJ* (Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (1997), “Dark Turism: An Ethical Dilemma”. In: LENNON, John; FOLEY, Malcolm; MAXWELL, Gillian (orgs), *Hospitality, Tourism and Leisure Management: Issues in Strategy and Culture*. Londres: Cassell.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (1999), “Interpretation of the Unimaginable: The US Holocaust Memorial Museum, Washington, DC, and ‘dark tourism’”, *Journal of Travel Research* 38 (1): 46-50.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (2000), *Dark Tourism: The Attraction of Death and Disaster*. Londres: Thomson.

GALLETTO, Karen Cristina (2022), *O Dark Tourism Como Possibilidade de Experiência Turística no Município de Campinas (Brasil)* (Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.

GOODMAN, Glen (2016), “A Reprodução do Racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914, de Karl Monsma”, *História: Debates e Tendências* 16 (2): 508-511.

HENDERSON, Joan (2000), “War as a Tourist Attraction: The Case of Vietnam”, *International Journal of Tourism Research* 2 (4): 269-280.

HENRIQUES, Isabel de Castro (coord.) (2013), *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negreiro: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Comité Português do Projecto UNESCO “A Rota do Escravo”.

IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo (2008), “Celebrações Populares: Do Sagrado ao Profano”, *Terra Paulista: Histórias, Artes, Costumes* 3: 87-102.

LARA, Silvia Hunold (1988), *“O Castigo Exemplar” em Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LOWENTHAL, Douglas; KENNETH, Rahn (1985), “Regional Sources of Pollution Aerosol at Barrow, Alaska During Winter 1979-1980 as Deduced from Elemental Tracers”, *Atmospheric Environment* 19 (12): 2011-2024.

MACHADO, Maria Helena (1987), *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense.

MESQUITA, Igor do Nascimento (2020), “Projeto Dia do Orgulho Negro”, *Revista de Psicologia da Unesp* 19: 30-55.

MOURA, Clóvis (1994), “O Racismo como Arma Ideológica de Dominação”, *Revista Princípios* 34: 28-38.

NEVES, Maria Fátima Rodrigues (1996), *Documentos sobre a Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto.

PREZZI, Andréa de Souza (2009), *Turismo Sombrio: Uma Viagem em Busca do Inusitado* (Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo). Niterói: Universidade Federal Fluminense: 10-57.

REIS, João José (1996), *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.

RICOEUR, Paul (2007), “Memoria, Storia, Oblío”, *Lettera Internazionale: Rivista Trimestrale Europea* 91 (1): 1225-1253.

SEATON, Anthony (1996), “Guided by the Dark: From Thanatopsis to Thanatourism”, *International Journal of Heritage Studies* 2 (4): 234-244.

SHARPLEY, Richard; STONE, Philip (2008), "Consuming Dark Tourism: A Thanatological Perspective", *Annals of Tourism Research* 35 (2): 574-595.

SHARPLEY, Richard; STONE, Philip (2009), *(Re) Presenting the Macabre: Interpretation, Kitschification and Authenticity*. Bristol: Channel View Publications.

SOUSA COELHO, Rodrigo (2013), *Grandes Esperanças: A Implantação do Sistema Único de Assistência Social na Região Metropolitana de Campinas* (Tese de doutorado em Economia Social e do Trabalho). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

SOUSA COELHO, Rodrigo (2014), "A Formação de um Território Desigual: Uma Breve História de Campinas (1774-1930)", *Universitas* 7 (13): 63-77.

STONE, Philip (2006), "A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions", *Tourism: An International Interdisciplinary Journal* 54 (2): 145-160.

STONE, Philip (2012), "Dark Tourism and Significant Other Death: Towards a Model of Mortality Mediation", *Annals of Tourism Research* 39 (3): 1565-1587.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo (2002), "O Processo Migratório na Formação de Campinas: 1765-1830", *Revista Brasileira de Estudos de População* 19 (1): 75-93.

THOMPSON, Paul (2017), *The Voice of the Past: Oral History*. Nova Iorque. Oxford University Press.